

# PEDAGOGIA SOCIAL

## UM SABER NECESSÁRIO ?

*Irany Clemente Comin\**  
*Celso Ilgo Henz\*\**  
*Selina Maria Dal Moro\*\*\**

---

O artigo questiona a necessidade de uma *pedagogia social* como referencial técnico-metodológico para as lutas das organizações e dos movimentos sociais populares em educação não formal. Faz-se um resgate histórico em pedagogia social no contexto da Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo. Apresenta-se o espaço de um programa de estudos, pesquisa e assessoria em pedagogia social junto a organizações e movimentos sociais populares.

---

---

\* Professor da Universidade de Passo Fundo; especialista em Orientação Educacional - Univ. Sta. Úrsula/RJ.

\*\* Professor da Universidade de Passo Fundo; mestre em Educação UFSM/RS.

\*\*\* Professora e Diretora da Faculdade de Educação; mestre em Filosofia e Sociologia da Educação pela Iesae - FGV - Rio de Janeiro.

O ano de 1997, para a Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, é um ano de intenso significado pedagógico: ano em que se celebram os quarenta anos de atividades (1957 - 1997) do seu curso de Pedagogia e ano da instalação da primeira turma do mestrado em Educação, dentro do programa de pós-graduação em educação.

No clima e na celebração de suas conquistas e na especificidade e missão de entidade formadora de recursos humanos no contexto de Universidade comunitária, cabe à Faculdade de Educação perguntar-se:

- A pedagogia social é um saber necessário que demanda um programa de alternativas metodológicas compatíveis?
- Os movimentos e as organizações de educação não formal necessitam e merecem uma contribuição efetiva e consistente para a qualificação das metodologias praticadas em educação não formal?

A pedagogia social, em sua especificidade de ciência:

*em primeiro lugar, ela situa a ação pedagógica no interior da convivência social, com vista a promover o interesse coletivo e a elevação dos níveis de consciência, organização e efetividade na ação, indispensáveis ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural de um povo. Seu segundo caráter distintivo é a integração de técnicas e conhecimentos provenientes das mais diversas áreas viabilizando programas não - convencionais de capacitação de pessoas, grupos*

*e populações para desempenhos sociais significativos* (Revista Brasil. Criança urgente, v.1).

A Constituição brasileira de 1988, em seu art. 227, define como “absoluta prioridade” os direitos da criança e do adolescente. Para tanto, a sociedade como um todo e as instituições socioeducativas devem voltar-se para os direitos à cidadania - herança de solidariedade - um direito de todos e, em especial, um direito das crianças e adolescentes excluídos. Na abrangência desse artigo constitucional, para iluminar os caminhos socioeducativos, o saber da pedagogia social se constitui num saber politicamente necessário e de absoluta e urgente prioridade.

Em pedagogia social, a Faculdade de Educação desenvolveu uma caminhada e tem presente uma forte consciência de que, sendo uma instituição comunitária, é incisivo o compromisso socioeducativo nessa área.

Em termos de resgate histórico, desde 1973, a Faculdade de Educação articulou no interior da Universidade o Programa de Acadêmicos Bolsistas junto às entidades que atuam com *menores desassistidos*. Em 1989, com amplo e anterior trabalho de pesquisa, co-participou e teve a coordenação geral do I Congresso Multiprofissional sobre Problemas de Aprendizagem; na década de 1980 e nos anos seguintes, co-participou dos colóquios nacionais e internacionais da educação popular. Em 1984, participou do I Seminário Regional sobre o Menor Carente; em 1994, programou e desenvolveu um Seminário Regional: Por uma pedagogia da esperança. Neste mesmo ano, encami-

nhou para aprovação de órgãos internos e externos de competência Plano de Curso para a Formação de Especialistas em Educação - pós-graduação *lato-sensu* em Pedagogia Social, com base no parecer n.º 604/82 do CFE; este mesmo plano, posteriormente, foi previsto e retomado ao abrigo da resolução 12/83 do CFE. Em janeiro de 1996, e em decorrência deste, encaminhou-se para órgãos financiadores plano de curso de Formação e de Capacitação de Agentes Sociais - Pedagogia Social. Em 1996, foi desenvolvido, também em três módulos, com duração de dois dias (por módulo), um curso de extensão universitária - Pedagogia Social para com Crianças e Adolescentes Excluídos. Em 1997, com o Núcleo de Estudos em Sexualidade Humana, a Faculdade de Educação promoveu oficina pedagógica sobre Sexualidade Humana - uma questão também social.

Essa caminhada, eventos e cursos não foram construídos com a exclusiva participação da comunidade acadêmica, mas com o apoio interativo de inúmeras entidades e agentes sociais da comunidade de Passo Fundo. O Programa de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Pedagogia Social junto a Organizações e Movimentos Sociais Populares é o resultado-síntese e a abertura para novas iniciativas de um trabalho a muitas mãos e cabeças; é o resultado de um trabalho sistemático de um grupo de agentes e entidades sociais que, em encontros quinzenais, vêm construindo e discutindo o tema desde o início de 1995 e, com regularidade, a partir de 12 de setembro de 1995.

Em síntese, apresentam-se a justificativa, os objetivos e as metas do Programa de Estudos, Pesquisa e As-

ssessoria em Pedagogia Social junto a Organizações e Movimentos Sociais Populares.

### 1 - Justificativa

O século XX pode ser considerado como o século da implantação definitiva do capitalismo pela expansão industrial em nível mundial. Simultaneamente a esse processo, deu-se o progresso das ciências e ocorreram grandes evoluções tecnológicas, as quais trouxeram facilidades e melhorias nas condições de vida para uma parcela da sociedade; em contrapartida, geraram o declínio daqueles que sobreviviam com a capacidade dos seus braços. Assim, a América Latina e o Brasil passaram a ver acentuadas as diferenças entre as classes sociais, surgindo pouco a pouco uma camada da população cada vez mais marginalizada. Isso parece acentuar-se ainda mais - e com mais clarividência - a partir da década de 1990, sobretudo com a política da *globalização* e da *qualidade total*.

Diante desse novo quadro social, alguns países latino-americanos adotaram medidas dentro do paradigma desenvolvimentista, procurando capacitar (*educar*) os setores populares para o trabalho nos moldes modernos do capitalismo sem, é claro, nenhuma preocupação com a necessidade de mudanças estruturais.

A criança excluída parece ter sensibilizado os órgãos governamentais e não governamentais. Organismos internacionais como a Unicef conclamam "as pessoas de boa vontade" para projetos e programas de ação para crianças e adolescentes excluídos. Disse *Tancredo Neves* num de seus pronunciamentos:

*A criança é a nossa mais rica matéria-prima. Abandoná-la à sua própria sorte ou desassisti-la em suas necessidades de proteção e amparo é crime de lesa-Pátria... Negar-lhes a nossa solidariedade humana, patriótica e cristã é irreparável traição nacional (23/9/83).*

Paralelamente às iniciativas oficiais, muitas pessoas, grupos e/ou entidades de *boa vontade*, imbuídas de espírito cristão ou puramente humanístico, voltaram-se para as camadas excluídas dos novos processos sociais, políticos, econômicos e educacionais em marcha; vários segmentos da sociedade, dentre eles grupos específicos de categorias excluídas, por meio de organizações e movimentos populares, para fazer frente ao *rolo compressor* capitalista e defender a dignidade dos cidadãos e cidadãs.

Apesar, no entanto, de as intenções serem as melhores possíveis e de as práticas surtirem resultados imediatos, muitas dessas iniciativas não contavam com uma fundamentação teórico-metodológica capaz de dar sustentação e direção a uma caminhada e a práticas mais prolongadas e de horizontes mais amplos.

Os apelos sociais ou conclamações políticas, exceto em casos especiais, não se efetivaram em ações concretas e eficazes para o atendimento e a educação das pessoas em situação de *risco social*, sobretudo as crianças. Além disso, no contexto atual, o projeto político neoliberal aprofundou ainda mais o descuido do Estado para com muitos setores da sociedade historicamente já marginalizados. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD-, em

1990, 53,5% das crianças e dos adolescentes brasileiros viviam em famílias cuja renda mensal per capita não ultrapassava meio salário mínimo, o que, em números absolutos, correspondia a quase 32 milhões de pessoas. Em meados desta década, o número de pessoas vivendo nesta faixa de renda ainda se mantinha nos índices dos trinta milhões (PNAD - 1995).

A realidade gaúcha e, de modo especial, a região de Passo Fundo não fogem às conseqüências do jogo da política neoliberal, estimando-se que haja uma equiparação com os índices da média nacional. O número de crianças e adolescentes excluídos, bem como de adultos agredidos em sua dignidade humana e profissional, evidencia-se bastante grave, exigindo medidas urgentes de ação socioeducativa. Isso fez com que diversos grupos e/ou categorias sociais de excluídos ou ameaçados de exclusão, por intermédio de seus dirigentes e assessores, se dirigissem à Universidade de Passo Fundo, buscando apoio e assessoria para suas organizações, movimentos e/ou lutas coletivas, preocupados, sobretudo, com as metodologias educativas no trabalho social.

A situação de crianças e adolescentes excluídos, em sua abrangência, retrata o somatório de outras grandes exclusões, como os desempregados, os bóias-frias, os sem-terra, os favelizados urbanos (originários do êxodo rural), os evadidos da escola, os despolitizados ou empobrecidos políticos, entre outros, enfim, todos os oprimidos, dominados e excluídos que clamam por cidadania.

Toda essa realidade nos desafia como instituição universitária. Queremos, pois, assumir a nossa função social

na perspectiva orgânica de transformação em vista da valorização e da recuperação da dignidade humana. Como educadores, acreditamos que a transformação social também passa pela práxis de transformação e de capacitação de agentes educadores junto aos excluídos e junto às organizações e movimentos populares.

Nossas preocupações estão voltadas às pessoas vítimas da exclusão capitalista; por isso, pensamos e almejamos uma práxis educativa junto às camadas populares “como uma prática que nos cabe a todos os que cremos na possibilidade de uma hegemonia na qual os filhos dos condenados pela herança e pela fortuna tenham uma segunda oportunidade sobre a terra” (Jimenez, 1989: 10)

Movidos por esses apelos, incentivados por seus dirigentes e inquietados pela busca da identidade social desta Universidade, que se define *comunitária*, nós, docentes e pesquisadores da Faculdade de Educação, encaramos e assumimos o desafio de realizar projetos e atividades educacionais na área que entendemos denominar de *pedagogia social*.

Com tais argumentos e, ainda, com base no princípio constitucional de *autonomia* da universidade (art. 207), respeitadas as demais legislações no ensino superior brasileiro e, no art. constitucional nº 205 “... visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, justifica-se o presente Programa de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Pedagogia Social junto a Organizações e Movimentos Sociais Populares.

## 2 - Objetivos

### • Geral

Desenvolver e integrar, num programa de estudos, pesquisa e assessoria, ações de ensino, pesquisa e extensão em pedagogia social, junto a organizações e a movimentos sociais populares, objetivando habilitar agentes de educação e de cidadania para atuarem junto aos grupos sociais excluídos.

### • Específicos

• Qualificar agentes educacionais com atitudes de análise, interpretação e interação das realidades vivenciadas por grupos de cidadãos socioculturalmente *excluídos*.

- Desenvolver a percepção crítica das metodologias praticadas em educação não formal.
- Desenvolver habilidades específicas em pedagogia social e políticas de ação junto aos movimentos sociais populares.
- Implantar, em etapas gradativas, um centro de pesquisa em pedagogia social.
- Viabilizar a implantação de cursos superiores em pedagogia social.

## 3 - Ações e Metas

Delinear e construir o projeto político-pedagógico em pedagogia social a ser assumido pela Faculdade de Educação da UPF.

Implantar, gradativamente, um núcleo de pesquisa em pedagogia social.

Resgatar a história político-ideológico-metodológica das organizações, das instituições e dos movimentos sociais e/ou comunitários na região de abrangên-

cia da UPF.

Oportunizar, anualmente, encontros, simpósios ou cursos na área da educação não formal (popular).

Programar e oferecer, periodicamente, cursos de formação e de capacitação de educadores e agentes sociais.

Ampliar e qualificar serviço de busca, de seleção, de capacitação e de acompanhamento permanentes de acadêmicos bolsistas que atuem como agentes sociais.

Catalogar, produzir e divulgar subsídios teóricos que fundamentem a ação de agentes e educadores populares.

Programar oficinas de estudos, de debates e de sistematização de experiências alternativas em educação popular.

Assessorar organizações, instituições e movimentos envolvidos em projetos de ação social.

Criar e implantar cursos superiores em pedagogia social.

As metas delineadas serão operacionalizadas por ações específicas na medida em que, por prioridades, o presente programa estiver sendo implantado.

O clamor dos excluídos por qualidade de vida e pela conquista da cidadania reflete o grito por liberdade na histórica luta dos nossos irmãos escravos e, ainda, repete o mais longínquo clamor dos irmãos da *diáspora* da história bíblica, clamando pela terra prometida, onde todos viveriam a identidade de cidadania. Lutar por um efetivo progra-

ma em pedagogia social é política sábia para a instauração solidária de cidadania. A Faculdade de Educação busca resgatar e construir com os irmãos excluídos, numa educação cidadã.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Aventura pedagógica: caminhos e descamisados de uma ação educativa*. São Paulo: Columbus, 1990.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Pobreza política*. São Paulo: Cortez Aut. Ass., 1990.
- GONZALES, Rodrigo Stumpf. *Saiba como dizer não à violência*. MNMMR. Porto Alegre, 1995.
- MINISTÉRIO da Ação Social. Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência. ECA - Lei nº 8.069, de 13 de julho, 1990.
- Revista Brasil*. Criança Urgente. São Paulo: Columbus, 1989 (Coleção pedagogia social; v.1).
- Revista de Formação Mundo da Rua*. MNMMR. Porto Alegre. Ano 1, n. 1. 1995.
- ROSSATO, Ricardo. *Século XX: Urbanização e cidadania*. Santa Maria: Palotti, 1996.
- SILVA, Vini Rabassa da. Os excluídos e a conquista da cidadania. *Cadernos de Formação*, Brasília, n. 14, Caritas Brasileira, 1995.